



**PARECER JURÍDICO 029/2020.
PROCESSO Nº 98/2020.
SOLICITAÇÃO 1531/2020.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2020
INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Ementa:

I. Direito Administrativo. Dispensa de licitação. Aquisição. Valor estimado em R\$ 18.600,00. Licitações e Contratos. Verificação dos Requisitos da Lei nº 8.666/93.

II. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de análise de água e efluentes para atender as demandas do departamento de água e esgoto deste município, conforme Termo de Referência encartado. Modalidade dispensa de licitação.

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

I. RELATÓRIO

Trata-se de consulta relativa à possibilidade de dispensa de licitação, com vistas à Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de análise de água e efluentes para atender as demandas do departamento de água e esgoto deste município.

Consta no presente processo licitatório a justificativa, solicitação da autoridade competente, termo de referência, propostas de preço, autorização da abertura do processo licitatório pela autoridade competente, modelos correlatos, Indicação dos recursos necessários para fazer face às despesas da contratação.

Este é, em síntese, o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, destaca-se que toda e qualquer contratação a ser procedida pela Administração Pública, em regra, necessita de um procedimento formalizado prévio, através do qual sejam demonstrados os requisitos ensejadores da dispensa ou inexigibilidade de licitação, dependendo de cada caso.



Um certame licitatório só se mostra vantajoso quando existe no mercado uma pluralidade de fornecedores do ramo do objeto, na medida em que somente em face dessa pluralidade é que se viabiliza a competição do certame.

Além disso, Renato Geraldo Mendes e Egon Bockmann Moreira destacam que:

O valor mais significativo para a contratação pública não é necessariamente garantir tratamento isonômico – neste caso, por meio de certame licitatório – mas assegurar a plena satisfação da necessidade, da qual decorre a ideia de eficiência contratual, capaz, inclusive, de afastar o tratamento isonômico mesmo nos casos em que a competição é viável e de impor condições restritivas à eventual participação. O princípio da eficiência norteará as decisões que serão praticadas pelos agentes por ocasião do planejamento da contratação, bem como da seleção das propostas e da execução do contrato. A ideia de eficiência condiciona a de isonomia e traduz a própria dimensão da legalidade. A legalidade não está em licitar sempre, mas apenas quando a licitação possa assegurar maior eficiência. Em muitos casos, a única forma de assegurar uma contratação eficiente e econômica, ou seja, a melhora relação benefício-custo é não realizar licitação, pois, do contrário, tanto a eficiência quanto a plena satisfação da necessidade podem ser comprometidas, portanto, não é adequado dizer que a licitação é o antecedente lógico e necessário para assegurar à Administração Pública o negócio mais vantajoso, conforme comumente lemos ou ouvimos. (Inexigibilidade de Licitação: Repensando a contratação pública e o dever de licitar. Curitiba: Zênite, 2016. 395 p.)

Tais mandamentos visam garantir a observância dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, conforme inteligência do artigo 3º da Lei 8.666/93.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos





seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Compulsando os autos do presente processo administrativo, é possível extrair que fora regularmente iniciado, tendo sido autuado, protocolado e registrado, na forma exigida pelo artigo 38, caput, c/c artigo 4º, todos da Lei nº 8.666, de 1993.

Segundo o artigo 14 da Lei nº 8.666/93, nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para o seu pagamento. Igual disposição é albergada no artigo 7º da mesma lei, no que toca às hipóteses de obras e serviços, situação que é repetida no caput do artigo 38 do referido diploma normativo.

No caso ora em análise, consta nos autos pareceres contábil e financeiro indicando a existência de crédito orçamentário para atendimento da despesa em questão, pendente, no entanto, de autorização da autoridade competente para a contratação pretendida.

Frente às necessidades apresentadas na Justificativa para Contratação dos Serviços, resta, pois, evidente o interesse público na situação, existindo, portanto, justificativa plausível para a aquisição do objeto em questão.

A doutrina moderna ensina que todo ato administrativo precisa ser motivado. No terreno dos contratos administrativos não é diferente. Além de cumprir regramento legal, como, por exemplo, o contido nos artigos 2º e 50 da Lei nº 9.784/99, a decisão por contratar esse ou aquele objeto precisa ter uma conformação com o interesse público, situação que só é demonstrável a partir da motivação ou justificativa do ato de contratação.

Há que se ponderar, ainda, que justificar a abertura de um processo para contratação significa demonstrar previamente, de maneira metódica e didática, as razões pelas quais a Administração está a contratar esse ou aquele objeto, inclusive quanto ao aspecto quantitativo ou mesmo porque escolheu um caminho em detrimento de outro.

Nesse sentido, tem-se que a justificativa genérica, que não demonstra claramente a ligação entre o objeto a ser contratado e a sua aplicação prática no dia a dia da Administração, nem o porquê fora escolhido esse ou aquele caminho, não é recomendável.



Consta nos autos que o objeto do presente procedimento é a contratação de empresa para prestação de serviço de análise de água e efluentes para atender as demandas do Departamento de Água e Esgoto.

Por se tratar de contratação de baixo valor, entendemos que a justificativa apresentada está de acordo com o art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, que a propósito abaixo reproduzimos:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

No caso vertente, pressupõe-se correta a opção pela dispensa de licitação, uma vez que presentes os requisitos impostos pela legislação que rege a matéria.

Por consequência, ressaltamos que futuras e eventuais contratações do mesmo objeto ou de objeto de natureza similar somente devem se proceder por meio de licitação, observadas as suas respectivas modalidades. Ressalta-se que as Secretarias do Município devem se organizar para evitar que eventos previsíveis se utilizem de dispensa de licitação.

Assim, constatada a possibilidade de licitação na modalidade Dispensa de Licitação, orientamos para que seja seguida a estrita legalidade, aplicando-se os ditames da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações e Contratos Públicos). Em especial no que tange ao princípio da Publicidade, com a necessária publicação na imprensa oficial, como forma de garantia de eficácia do ato administrativo praticado pelo agente público.

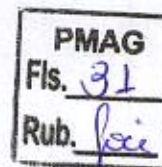
Por fim, antes de qualquer publicação, deverá o servidor se atentar para adequações caso necessárias, prosseguindo com o certame e referente a pesquisa de preços recomendamos que seja adotada a realização da "cesta de preços aceitáveis" conforme disciplinado na Resolução de Consulta nº 20/2016 - TP do TCE/MT, cabendo o servidor



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020




responsável pela elaboração do Termo de Referência (orçamentista) informar se houve ou não o seu uso, e quando não, apresentar justificativa plausível.

Dessa forma, desde que cumprida os requisitos acima, opino pela regularidade do procedimento adotado pela Comissão Permanente de Licitação, encontrando-se aptas a serem executadas.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Alto Garças, 15 de julho de 2020


Jesse Rodrigues de Oliveira
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/MT 25.794/O

